

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.230.567 - GO (2018/0004045-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **USINA SANTA HELENA DE ACUCAR E ALCOOL S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **MARILUCI SOUSA BUENO - ADMINISTRADOR JUDICIAL E OUTRO(S) - GO013385**
 ATILLA BALDUINO VALENTE - GO026588
 VINÍCIUS ANDRADE VALENTE - GO039646
AGRAVADO : **ADEMAR STEIN**
AGRAVADO : **MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA STEIN**
ADVOGADO : **TULIO DE ALENCAR COSTA LEITE E OUTRO(S) - GO020597**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por USINA SANTA HELENA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Goiás que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não deve ser conhecido, ante a ausência de efetiva impugnação ao fundamento da decisão agravada.

O juízo negativo de admissibilidade está fundamentado na imprescindibilidade de revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, motivo pelo qual foi aplicada a Súmula 7/STJ.

Nas razões do agravo, a agravante afirma que *"inexiste a necessidade de revolvimento de fatos e provas, o que obstaria a análise do recurso com fundamento na Súmula 7/STJ, uma vez que todas as alegações fáticas da ora agravante constam das decisões recorridas"*. Argumenta que *"a interpretação da*

situação concreta (que não se confunde com reexame de prova, MAS VALORAÇÃO), à luz do enquadramento legal, é que motiva a admissibilidade do Recurso Especial, ao qual se espera seja aplicado corretamente às normas vilipendiadas no Tribunal de origem". Aponta que as "questões levantadas no Recurso Especial em voga são de DIREITO, cujo qualquer contexto-fático, incontroverso - diga-se de passagem -, foi devidamente registrado no próprio acórdão recorrido".

Tais razões, todavia, não impugnam ao fundamento da decisão agravada.

Ainda que a decisão agravada seja sucinta, não se pode dizer que seja genérica, sendo possível inferir que o recurso não poderia ser conhecido por ser necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos para que se pudesse apreciar a alegada violação aos dispositivos legais indicados, fundamento pelo qual foi aplicada a Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, torna-se imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

Não se ignora que a discussão sobre prova tem sido admitida por este Tribunal Superior, mas tal hipótese é restrita aos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão. Assim, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Nestes termos, ainda que não se possa exigir da agravante argumentação

minuciosa em virtude da natureza sucinta da decisão agravada, há de se conhecer que para que se pudesse falar em impugnação seria imprescindível que a agravante ao menos indicasse qual era a tese jurídica que deveria ser apreciada por este Tribunal, bem como elementos que ao menos indicassem a prescindibilidade de revolvimento do acervo fático-probatório dos autos. O que simplesmente não se observa na espécie.

Há de se observar que trata-se de recurso interposto contra decisão que reformou decisão proferida pelo juízo de primeira instância que deferiu o pedido de tutela antecipada, por considerar que não estariam presentes os requisitos autorizadores da medida.

Concomitantemente, a agravante limita-se a alegar que teria havido "*violação aos artigos 661, 662, 682 e 932 do Código Civil, 66 da Lei 11.101/05, e art. 142 da Lei 6.404/76*", indicando que sua pretensão recursal destina-se a desconstituir uma premissa fática indicada na ementa do acórdão recorrido, de que os recorridos teriam agido de boa-fé.

Assim, não há como se falar em impugnação ao fundamento da decisão agravada, pois simplesmente não há qualquer elemento que aponte para a prescindibilidade de revolvimento do acervo fático-probatório para que se pudesse apreciar as teses recursais.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator